



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 24 DE AGOSTO DE 1999

É com especial satisfação que participo das homenagens a Joaquim Nabuco no sesquicentenário de seu nascimento. Fiz questão de vir a esta cerimônia não apenas para saudar a família Nabuco e para aprender com Evaldo Cabral de Mello, mas também para partilhar com os presentes algumas idéias sobre a trajetória e o pensamento de Joaquim Nabuco.

Folhee nos últimos dias alguns dos escritos de Nabuco, bem como textos alusivos à sua obra. Li com particular gosto breve resenha feita por Machado de Assis de *Um estadista do Império*, em que o escritor se refere a José Thomaz Nabuco de Araújo como um dos melhores representantes de seu tempo, cujo percurso deveria despertar um interesse permanente nas gerações futuras.

Se a afirmação de Machado faz justiça ao pai, ao biografado, parece-me que melhor ainda se aplicaria ao filho, ao biógrafo. Diria mesmo que Joaquim Nabuco, sob seus diversos chapéus, esteve além do seu tempo, ainda que imerso nas causas e contradições da época.

Como intelectual, como homem público e como diplomata, Joaquim Nabuco antecipou o futuro, sem com isso distanciar-se das exigências impostas pela conturbada transição do Império à República.

Não foram poucas as ocasiões em que me surpreendi buscando Nabuco como referência. A primeira foi durante meu curso de doutoramento na Universidade de São Paulo. Sob a orientação amiga de Florestan Fernandes, aventurei-me a investigar pelo método dialético a sociedade escravocrata, seus fundamentos e limites. Selecionei como área de pesquisa o Brasil meridional, na expectativa de extrair da análise de uma região periférica conclusões que informassem o modelo agrário-exportador como um todo.

Olhando em retrospectiva os resultados de meu estudo, vejo que Joaquim Nabuco se faz presente das premissas ao desenlace da tese, que se transformou no livro *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*.

Escolhi para epígrafe trecho de *O mandato da raça negra*, em que Nabuco questiona a antinomia que supostamente existiria entre os pólos da sociedade escravocrata: "...dois tipos contrários, e no fundo os mesmos: o escravo e o senhor."

Não foi gratuita minha escolha. Com seu estilo eskorreito, pleno de energia estética, em que o artista se refugia no narrador, Joaquim Nabuco me sugeriu uma noção que se revelaria essencial para a compreensão que vim a esboçar dos limites do sistema escravocrata.

Sob sua inspiração, percebi que a oposição entre senhor e escravo se diluía na constatação de que ambos eram produtos, ainda que em posições assimétricas, de uma mesma ordem. Uma ordem que se prolongou no tempo, com o braço servil impulsionando os lucros do capitalismo mercantil, mas que estava fadada ao esgotamento. Não poderia deixar de prevalecer a contradição intrínseca entre capitalismo e escravidão, uma vez que escapava aos escravos a possibilidade de reconstruir a estrutura social segundo seus próprios interesses.

Voltei a incorrer em débito com Joaquim Nabuco no capítulo final da tese, em que confirmo o que ele havia previsto à exaustão em *O abolicionismo*. Refiro-me à conclusão de que a abolição, desacompanhada como foi de medidas que sinalizassem a responsabilidade social dos brancos pela situação degradada dos negros, não implicou democratização da ordem social. Desprovidos de recursos mínimos

para o exercício da cidadania, os negros passaram de cativos a excluídos, sem chances reais de uma inserção positiva no processo produtivo.

Para Nabuco – cabe sempre recordar –, a escravidão contaminava os mais diversos campos da vida nacional, desvalorizando o trabalho, viciando a instrução, comprometendo a indústria, minando o Estado, alimentando o patrimonialismo, sacrificando o pluralismo, abafando a cidadania. A escravidão era para ele a variante sociológica que explicaria de maneira mais abrangente o atraso brasileiro, como bem assinala Evaldo Cabral de Mello.

Para se combater de forma definitiva um problema tão arraigado não bastaria a letra da lei, alertava Nabuco. Insistia na necessidade de complementar a abolição com amplas reformas sociais e políticas, que incluíssem a democratização da estrutura agrária, a educação universal, a proteção do trabalho, uma previdência social operante, a federação. Pregava, como tantas vezes lembrado, que “não nos basta acabar com a escravidão; é preciso destruir a obra da escravidão”.

Por mais grave que fosse seu diagnóstico, Nabuco não antevia rupturas dramáticas. Conhecia bem o sistema de poder vigente para saber que a emancipação dos negros, para se revelar duradoura, teria de ser exaustivamente negociada. Era suficientemente familiarizado com o hiato que existia entre o Estado e a incipiente sociedade civil para apostar em uma capitulação forçada dos redutos escravistas. “É no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade”, previa em *O abolicionismo*.

Seu realismo não o tornava cético ou condescendente com a política menor. Pelo contrário. Como tive oportunidade de percorrer três anos atrás, na abertura da Cátedra Joaquim Nabuco na Universidade de Stanford – onde por sinal estive como pesquisador outro grande intérprete do Brasil, discípulo de Nabuco na leitura da confluência das raças, o também pernambucano Gilberto Freyre –, Nabuco fez, com propriedade rara, o elogio da política, a apologia daquilo que chamava política com P grande, política que é história.

Defendia que a ação política não deveria jamais prescindir da reflexão, da análise prévia e cuidadosa dos fatos. Fez dessa convicção um

ritual em sua vida pública. Derrotado nas eleições parlamentares de 1881, recolheu-se em Londres, na biblioteca do Museu Britânico, para pôr as idéias em ordem, antes de se converter, a partir de 1884, no ator maior da luta pela abolição. *O abolicionismo* saiu dessa pausa londrina.

Se reclamava afinidade entre o pensamento e a ação pública, Nabuco não se deixava seduzir pelo discurso da primazia absoluta e incondicional da razão de Estado. Nem tudo que parecia benéfico à glória do Estado contava com sua anuência. Atendia antes a valores. Respeitava a tradição, quando conforme a justiça. Daí sua continuada fidelidade à Monarquia. Daí sua desconfiança da República, que via como uma presa fácil de tiranias, ou uma aventura desnecessária, de pouco interesse para o progresso social. Costumava dizer que “a grande questão da democracia brasileira não é a Monarquia (ou sua superação), é a escravidão”.

A opção monárquica de Nabuco não o deixava menos crítico do rumo que tomava o estamento imperial. Referia-se com apreensão ao que poderíamos caracterizar de patrimonialização crescente do Estado brasileiro. Cada dia mais refém de interesses tópicos, acobertando em sua folha todos os egressos da imensa família rural, o Estado perdia a capacidade de discernir o interesse geral, de atender a necessidades estratégicas.

Apegados como estavam ao patrimonialismo, os partidos haviam se tornado, nas palavras de Nabuco, “apenas sociedades cooperativas de colocação ou de seguro contra a miséria”. O risco era de que o abolicionismo e as reformas, quando finalmente adotados, já nascessem tardios, se não póstumos.

Não preciso insistir sobre a atualidade de Nabuco, de seu alerta contra a dilapidação do Estado, de seu chamado à transformação social, de seu apreço pela política maior, de sua índole democrática. Que tributo melhor poderíamos hoje prestar a esse grande brasileiro do que continuarmos apostando no método democrático para a superação definitiva de nossas mazelas sociais?

Nada conflita mais com o legado de Nabuco do que deixar que a intransigência prevaleça sobre o diálogo, do que aceitar que as paixões, por mais legítimas que sejam, abafem o respeito à diferença. Que saibamos continuar a fazer do conagraamento democrático a melhor arma

contra a pobreza, contra a indesculpável indigência material em que continuam a viver milhões de brasileiros.

Em homenagem à Casa que abriga esta cerimônia, quero reservar minhas palavras finais ao Nabuco diplomata. São vários os momentos de sua experiência diplomática que certamente mereceriam nossa atenção: os anos de adidança nos Estados Unidos e na Inglaterra, que tanto influenciaram sua sensibilidade política; o acompanhamento da disputa fronteiriça com a Guiana Inglesa; a condição de Ministro-Chefe da Legação Brasileira em Londres; a Chefia da Embaixada em Washington; a defesa do pan-americanismo.

Prefiro me deter, contudo, em um aspecto menos reconhecido de sua obra, de natureza mais conceitual. Tenho em mente a leitura feita por Nabuco em *O abolicionismo* da posição adotada pelo Império sobre o tráfico negreiro até 1850, leitura que me parece de interesse imediato para o debate de hoje sobre os limites da soberania, que antecipava questões relevantes para a proteção internacional dos direitos humanos e que, certamente, projetava Nabuco para além de sua época.

É com veemência que Nabuco contesta o uso do princípio da soberania (ou da dignidade) nacional na defesa do tráfico. Os argumentos vão sendo colocados como se estivessem há muito maturados. Insiste, como premissa, que a soberania nacional, seja qual for o Estado, tem limites, sujeitando-se a considerações maiores. Acrescenta que essas considerações maiores, a que chama de leis morais, têm como fonte de legitimidade a consciência internacional, a humanidade. Aceita, ainda, e até recomenda, que a violação dos limites da soberania seja objeto de sanção. Sugere, por último, que é responsabilidade dos dirigentes zelar para que o interesse nacional não colida com o bem-estar e a segurança de outros povos. Nisso residiria para Nabuco o verdadeiro patriotismo.

Sabemos que, atualizados à linguagem atual, os preceitos enunciados por Nabuco ainda encontram resistência. Incomodam aqueles que desejam fazer da soberania uma garantia da impunidade, um amparo que permita o desrespeito a direitos básicos da pessoa humana, a degradação do meio ambiente, a deterioração da imagem externa do País.

Se até hoje encontramos apóstolos da barbárie, podemos imaginar a oposição que sofreu Nabuco num momento em que se consolidava o Estado-Nação. Também em sua leitura da inserção do Brasil no mundo, Joaquim Nabuco foi um destemido.

O patriotismo, segundo Nabuco, viria depois, já neste século, a sofrer reparos de outra natureza, mais refinada. Penso na crítica de Mário de Andrade. Mário costumava contrapor seu nacionalismo ao cosmopolitanismo de Nabuco. Em sua empreitada pelo “abrasileiramento do Brasil”, o modernista foi useiro e vezeiro em ironizar a falta que Nabuco sentiria do cais do Sena em plena Quinta da Boa Vista. As raízes do Brasil estariam não na “moléstia de Nabuco”, mas no foco da “infecção mazomba”, dizia Mário.

Os novos tempos me parecem depor mais a favor de Joaquim Nabuco do que de Mário de Andrade. A intensificação do diálogo entre as culturas nos tem feito perceber a relevância da dupla inscrição histórica do brasileiro, de que tanto fala Nabuco em *Minha formação*.

Pertenceríamos à América pelo “sedimento novo do seu espírito”, mais afeto ao coração, e à Europa, por suas “camadas estratificadas”, mais afinadas à razão, ao espírito. Daí a “dupla ausência” que constituiria nossa identidade, uma identidade ambivalente, que de um lado do mar sentiria a ausência do mundo, do outro, a ausência do país.

Hoje, às vésperas dos 500 Anos e após os valiosos aportes culturais que nos foram trazidos ao longo do século XX, inclusive da Ásia, Nabuco talvez preferisse falar da múltipla ausência do brasileiro. Uma ausência que logo se converte em trunfo para a afirmação de nossa presença no mundo, ao facilitar o diálogo com os mais diversos povos, de todos os quadrantes. Um diálogo em que não contribuímos apenas com os valores da cordialidade, mas com tudo aquilo que soubemos colher e processar com a força do nosso talento, o que Mário de Andrade, antropofágico, certamente corroboraria, com o aplauso de Nabuco.

Obrigado.